

Ata N.º 2/2017

----Pelos 21 horas, do dia 28 de abril de 2017, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal, contando com as seguintes presenças: Jorge Manuel Martins de Jesus, João José Correia Valério, Isabel Maria Dias Martins, Maria Hermínia da Conceição Louro, António da Rosa Marques; Fábio Miguel Florindo Gomes, João da Silva Rufino, João Manuel Duarte Brites, José Manuel Praia Neves, Júlio Manuel E. Churro Catarino, Carlos Manuel Godinho Arês, Carlos Chambel Lopes, Manuel Medeiros Morais Silva, Martina Marcelino Jesus, José Júlio Delgado Cabeça, Rui Manuel Fernandes Vieira, Paulo Jorge Serra dos Santos e Paulo Manuel Alfaiate Pires. -----

Registou-se a ausência da deputada municipal Helena Sofia Porfírio D. Tapadas, que requereu a respetiva substituição. O pedido de substituição foi recebido no dia 27 de abril, tendo sido contactada a substituta Raquel Chambel, por email. A mesma informou que não poderia comparecer e foi contactado o cidadão que se segue na lista do Partido Social Democrata, Luís Chambel, que não respondeu ao email. Pelo exposto não foi possível efetuar a substituição. -----

Compareceu o senhor Presidente da Câmara, José Fernando da Silva Pio. Por conterem matéria com carácter de urgência foram submetidos para eventual aprovação em minuta os conteúdos que integram os **pontos 3, 4 e 5 da Ordem de Trabalhos**. -----

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Jorge Manuel Martins de Jesus, cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a sessão. ---- Saudou também a presença da senhora Presidente da CPCJ de Gavião e da senhora Chefe da Divisão Financeira da Câmara Municipal de Gavião.

Questionou se todos os deputados municipais tinham recebido a documentação. Não se registando qualquer intervenção que indicasse problemas na receção dos documentos. -----

Antes de iniciar a Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia prestou informações acerca da correspondência recebida por este órgão, destacou um ofício remetido pelo Agrupamento de Escolas de Gavião, esclarecendo que a acumulação de cargos autárquicos com as funções de Diretor do Agrupamento é compatível. -----

O senhor deputado Paulo Pires solicitou permissão para intervir e esclareceu que não se trata de resposta a qualquer pedido de parecer, que tenha solicitado na qualidade de Diretor do Agrupamento. Este ofício foi remetido pela Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares para todos os Agrupamentos de Escolas e, possivelmente, terá como objetivo esclarecer dúvidas que surjam devido à proximidade das Eleições Autárquicas. -----

O senhor Presidente da Assembleia informou também que recebeu cópia do Relatório da Auditoria da IGF – Inspeção Geral de Finanças, ao Município de Gavião. Foi remetida síntese do Relatório, aos representantes dos Grupos Municipais. Salientou que a Auditoria foi realizada no âmbito do Plano de Atividades da IGF e que analisou a atuação do Município, em matéria de aquisição de bens, serviços e empreitadas de obras públicas, nos anos de 2012, 2013, 2014 e início de 2015. Referenciou que não há qualquer referência preocupante ou a procedimentos ilegais. Apenas são deixadas algumas recomendações, sendo concedido um prazo para implementar as mesmas. -----

De seguida, deu a palavra aos senhores deputados municipais: -----

O senhor deputado Carlos Arês começou por questionar quando é que o documento chegou ao Município. Tendo o senhor Presidente da Assembleia informado que o documento tem data de março. -----

O deputado municipal salientou que o documento chegou nesta data à sua caixa de email e este assunto não consta, sequer, na ordem de trabalhos

da reunião. Referiu que nos anos de 2012 a 2014, 60% a 62% da contratação pública corresponde a empreitadas. E as adjudicações simplificadas atingiram o montante de 4,6 milhões de euros. Na sua opinião, significa que, na prática, a Câmara Municipal de Gavião controla quem contrata, exercendo “influência política” junto dos seus fornecedores. Reconhece que o Município é pequeno e que é tentador conseguir escolher o fornecedor ou empreiteiro, fugindo à burocracia e conseguindo cumprir os prazos. Há pormenores no Relatório que obrigam a ponderar e a refletir. Lembra-se, do tempo em que era vereador, que muitas vezes o Presidente da Câmara nem sequer sabe que se comprou algo. Mas acha que os funcionários que pedem os orçamentos não deviam ser sempre os mesmos. O recurso a procedimentos simplificados deve ser sempre fundamentado. O volume de dinheiro envolvido é significativo e permite condicionar um conjunto de agentes económicos. Não põe em causa a seriedade dos autarcas do concelho e se estivesse nessa posição, possivelmente, também tomaria este tipo de decisões. Quanto ao Relatório, gostaria de ter acesso ao documento na íntegra e considera que devia ser entregue a todos os membros. -----

O senhor Presidente da Assembleia salientou que o documento foi remetido a todos os representantes dos Grupos Municipais, sem que haja qualquer intenção de o esconder dos restantes membros. Cada Grupo fará a distribuição da documentação, que achar mais conveniente. O processo não se encerra e poderá voltar a ser analisado. Evidenciou ainda que esta auditoria tem, sobretudo, um carácter pedagógico. São referidos aspetos importantes como o facto de não se registarem deficiências relevantes, o facto destes processos passarem mais pelos técnicos do que pelos eleitos, etc. Quando se trabalha com rigor não há que ter medo de inspeções. ---

O senhor Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes. Recordou que já em Assembleia Municipal anterior tinha informado verbalmente que estava a decorrer uma Inspeção da IGF. Decorreu um prazo para pronúncia da Câmara Municipal e este documento é a versão

final do Relatório. Salientou que o Município de Gavião tem poucos trabalhadores e obviamente, são quase sempre os mesmos funcionários a identificar as necessidades de aquisição. Para além disso, tenta-se, sempre que possível, beneficiar o comércio local. A Câmara Municipal irá acolher todas as recomendações. Referiu ainda que foi enaltecida a colaboração do Município, que forneceu toda a documentação pedida e visitaram os locais que pediram. -----

A postura do Município é de total transparência. O acompanhamento da Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas compete à CIMAA, que ainda não criou a Comissão para esse efeito, mas a página da internet do Município tem toda a documentação que é possível divulgar. Terminadas as intervenções acerca deste assunto, o senhor Presidente da Assembleia, colocou a votação a **ata da sessão anterior**, que foi previamente remetida a todos os membros, dispensando-se a sua leitura. Colocada a votação foi aprovada por unanimidade. -----

Ainda antes de iniciar a Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou os assuntos que seleccionou das atas das reuniões do executivo municipal realizadas nos meses de fevereiro, março e abril de 2017. -----

Na ata da reunião realizada em **15 de fevereiro de 2017**, destacou o apoio financeiro concedido à Associação de Produtores Florestais da Freguesia de Belver. Salientou ainda a nomeação do Adjunto dos Bombeiros Municipais de Gavião, Bruno Guerreiro, como 2.º CODIS. -----

Na ata da reunião de **1 de março de 2017**, sublinhou o apoio concedido ao Centro Cultural e Desportivo da Ferraria, para a realização do RAID da Ferraria, que este ano foi alargado ao concelho de Abrantes. -----

Na ata da reunião realizada em **15 de março de 2017** destacou a referência ao Plano de Encerramento de Agências da Caixa Geral de Depósitos. Pensa que permanecerá em funcionamento, pelo menos uma agência por concelho. Questionou se há motivo de preocupação em

relação ao funcionamento da Agência de Gavião. Evidenciou ainda o apoio financeiro concedido ao Grupo de Cantares "Terras de Guidintesta". -----

De seguida, deu a palavra aos deputados para colocarem as questões que considerarem pertinentes. -----

Não se registando qualquer intervenção, deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara. -----

O senhor Presidente da Câmara esclareceu que a questão da Caixa Geral de Depósitos foi levantada pelo senhor vereador Saul Pereira. Foi referido que não havia motivo de preocupação em relação à Agência de Gavião, mas a Agência de Marvão iria encerrar. Depois dessa reunião solicitou esclarecimentos e foi informado que permanecerá em funcionamento, pelo menos, uma Agência por concelho. -----

Aproveitou para informar que o prazo para apresentação da candidatura para Apoio a Comunidades Desfavorecidas terminou hoje e a Câmara Municipal de Gavião formalizou candidatura. Irá ser formalizado Contrato de Comodato para 8 casas que são propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Gavião. Foram incluídas na candidatura 4 casas onde habitam famílias desfavorecidas, na Rua Francisco Ventura, que têm cobertura de amianto. Também havia uma casa nestas condições, no Bairro Cadete, que já foi demolida. Para além disso foram incluídas habitações para as famílias de etnia cigana que habitam na Rua Francisco Ventura. A candidatura será para recuperação de 8 habitações, que serão objeto de Contrato de Comodato, localizadas no núcleo urbano de Gavião. A Câmara Municipal de Gavião será o promotor da obra e do investimento. Mas a Santa Casa da Misericórdia será a entidade mais capacitada para fazer o realojamento das famílias. Obviamente haverá lugar a contrato de arrendamento, pagamento de renda mensal, vistoria às condições de habitabilidade, etc. -----

Em relação à nomeação do Adjunto dos Bombeiros Municipais, para 2.º CODIS, renovou o orgulho sentido pela Câmara Municipal e o enorme prestígio para o concelho e para os Bombeiros Municipais de Gavião. ----

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, foi dada a palavra aos deputados. -----

O Primeiro-secretário da Assembleia, João Valério, entregou à Mesa da Assembleia e aos Grupos Municipais, cópia da Moção aprovada pelo Conselho Intermunicipal da CIMAA, no dia 21 de fevereiro de 2017, acerca da Central Nuclear de Almaraz e os perigos que apresenta para a nossa região. Comunicou, também, que participou no 125.º Aniversário do Clube Gavionense, em representação da Assembleia Municipal. Informou ainda que participou na última reunião ordinária da Assembleia Intermunicipal da CIMAA, deste mandato, que ocorreu em Elvas. -----

O senhor Presidente da Assembleia interveio ainda para, em nome pessoal, agradecer a atitude e o gesto solidário dos membros da Assembleia, pelo falecimento da sua mãe. -----

Não se registando nenhuma intervenção, o senhor Presidente da Assembleia deu início à Ordem de Trabalhos: -----

PONTO UM = Informação sobre a atividade do Município e a situação financeira do mesmo (alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

O senhor primeiro-secretário leu o Relatório de Atividades, entregue pelo senhor Presidente da Câmara. -----

De seguida, o senhor Presidente da Câmara apresentou o Resumo Diário de Tesouraria relativo ao dia 28 de abril de 2017, que apresenta um saldo de 695.928,64€ (Operações Orçamentais – 580.007,47€ e Operações de Tesouraria – 115.921,17€). -----

Salientou que a situação financeira do Município é estável e controlada. Os pagamentos a fornecedores estão em dia e tem sido feito um esforço no sentido de reduzir os prazos de pagamento. -----

O senhor Presidente da Assembleia agradeceu as informações e questionou se algum deputado pretendia intervir. -----

Não se registou qualquer intervenção. -----

PONTO DOIS = Relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens; -----

O senhor Presidente da Assembleia agradeceu a presença da Presidente da CPCJ de Gavião, Prof.^a Paula Pessoa. Elogiou a intervenção que a mesma realizou na Cerimónia Comemorativa do 25 de Abril, bem como o filme sobre o “Mês Azul”. Passou a palavra à Presidente da CPCJ. -----

A Presidente da CPCJ cumprimentou todos os presentes e agradeceu a disponibilidade do Presidente da Assembleia Municipal, para acolher esta apresentação. Agradeceu também ao senhor Presidente da Câmara, porque o apoio dado pela Autarquia à CPCJ vai muito para além do que a Lei prevê. Saliou o apoio dado pelas Juntas de Freguesia, nomeadamente na apresentação do Relatório às Assembleias de Freguesia. Lembrou que a apresentação do Relatório é um imperativo legal, mas considera que deve ser também um imperativo institucional, porque todas as instituições devem prestar contas das suas atividades. Informou que, no âmbito da comemoração do “Mês Azul”, foram colocadas faixas em todos os edifícios públicos do concelho e foram oferecidos flyers e laços azuis alusivos a esta temática. Informou que a Comissão Alargada decidiu que as apresentações do Relatório seriam asseguradas por todos os membros. Por isso, será a Segunda-secretária da Assembleia, na qualidade de membro da CPCJ, a realizar a apresentação. -----

A senhora Segunda-secretária cumprimentou todos os presentes e apresentou o Relatório. Saliou que em 2016 foram comunicadas à CPCJ de Gavião 15 situações de perigo. Transitaram 6 processos do ano 2015. Arquivaram-se 12 processos. No final de 2016, encontravam-se ativos 9 processos. As situações de perigo que motivaram a intervenção da CPCJ de Gavião incidiram, maioritariamente, em duas problemáticas: exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança (6 associadas a Violência Doméstica) e Negligência. A maioria das medidas aplicadas pela CPCJ corresponde a medidas em meio natural de vida, nomeadamente, apoio junto dos pais

(11) e apoio junto de outro familiar (4). A União das Freguesias de Gavião e Atalaia é a mais representativa no volume processual global, tendo registado um total de 14 processos. -----

PONTO TRÊS = Apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como, apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas – 2016, nos termos da alínea I) do nº 2, do artigo 25º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

O senhor Presidente da Câmara salientou que tem sido feito um esforço para haver uma avaliação mais correta dos bens do Município. Vai ser adjudicada a empresa especializada a avaliação patrimonial e também a implementação do SNC-AP. A inventariação dos bens será feita pelos trabalhadores municipais, coordenada pela empresa. A aplicação do SNC-AP será executada pela empresa. Evidenciou o esforço do serviço de Património para melhorar a avaliação patrimonial, que era uma das recomendações do ROC. A taxa de execução da receita atingiu os 89,72%. A legislação obriga a ultrapassar os 85,01%. A execução da receita atingiu os 84,06%. A execução do Plano Plurianual de Investimento foi de cerca de 76%. Destacou atividades concretizadas nas seguintes áreas: Bombeiros (operacionalidade da Corporação, pintura do Quartel); Educação (refeições escolares grátis para o 1.º CEB e Pré-escolar, oferta de manuais escolares ao 2.º, 3.º e 4.º anos, comparticipação dos manuais do 2.º e 3.º ciclos, bolsas de estudo para estudantes do Ensino Superior, visitas de estudo, transportes escolares); Ação Social (Apoio à Natalidade, Apoio à Habitação, Programa OMTJ, Programa Gavião Jovem – Férias Ativas, apoio às IPSS, Cartão do Idoso); Ordenamento do Território (alargamento da Rua do Espírito Santo e do Bairro de N.ª Sr.ª dos Remédios); Abastecimento de Água (manutenção de redes, reparação do Reservatório da Comenda, colocação de Grupo Hidráulico no Reservatório de Gavião; Saneamento (ETAR de Amieira Cova, Estação Elevatória da Comenda); Cultura (Feira Medieval de Belver, Mostra de Artesanato e

Gastronomia de Gavião, Festa dos Séniores, Festa do Feijão Frade, Festa da Juventude). Manteve-se a devolução de 5% do IRS aos munícipes, o IMI nos valores mais baixos, isenção de derrama e redução de 50% em algumas tarifas municipais. Salientou que a maior parte das despesas diz respeito a despesas com Pessoal e Aquisição de Bens e Serviços. As Transferências Correntes representam 73,43% das Receitas Correntes. A Poupança Corrente de 788.757,40€, tornou possível libertar fluxos financeiros para investimentos. Evidenciou que neste mandato não houve necessidade de recorrer a empréstimos bancários. Tem sido feita a amortização de empréstimos anteriormente contraídos. A Capacidade de Endividamento é de 6.949.800,93€. O Município de Gavião cumpriu integralmente a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. -----

No que diz respeito aos Recursos Humanos, o Município tem 115 trabalhadores, registando-se 2 aposentações e 1 situação de mobilidade. Trata-se de uma estrutura muito reduzida e verifica-se falta de recursos em alguns setores. 58% dos trabalhadores pertencem à Divisão de Obras e Serviços Urbanos. -----

Terminada a apresentação do senhor Presidente da Câmara foi dada a palavra aos deputados municipais. -----

O deputado municipal Carlos Chambel Lopes felicitou os serviços municipais pela forma como os documentos foram apresentados. Entregou à Mesa da Assembleia um documento escrito, contendo as seguintes questões: -----

“No parecer do ROC, que foi enviado à Assembleia Municipal, no ponto – Execução Orçamental, Equilíbrio Financeiro, Cálculo dos Limites da Dívida Total, estão mencionados os seguintes montantes: despesa realizada no ano de 2016 – 6.455.976,80€, receita cobrada líquida – 6.890.759,68€. Comparando estes valores com aqueles que se encontram mencionados no Relatório de Gestão e Contas 2016 (Análise Global – Estrutura Orçamental) verificamos que o valor da despesa realizada coincide nos dois documentos, o que não acontece em relação à receita cobrada. -----

Relativamente às Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados, nas páginas 3 e 4 – Quadro do Valor do Imobilizado /Quadro de Variação do Imobilizado, não encontra elementos que justifiquem os aumentos indicados; na página 10 – Conta 24 – E. e O.E.P. Balanço – 15.253,65€, IVA a receber – 4.121,59€, IVA a recuperar – 11.131,45€, existe uma pequena diferença de 0,61€, deve haver desfasamento nos valores apresentados. -----

No Relatório de Gestão e Contas, na página 8 – Comparticipações não recebidas pela Câmara Municipal de Gavião, que tipo de comparticipações e quais os seus valores; na página 9 – Transferências ainda não efetuadas por operação “Corredor Ecológico das Ribeiras de Alferreireira e Barrocas” – 55.870,17€, a que se refere este movimento? na página 15 – Evolução das Despesas, no período em análise de 2011 a 2016 , embora tenha vindo a diminuir nestes períodos. Não seria possível um maior equilíbrio Receitas/Despesas? Na página 18 – Mapa de Equilíbrio Orçamental –Lei n.º 73/2013, artigos 40.º e 83.º, tem dificuldades em analisar os anos em falta para a maturidade dos empréstimos”. -----

O deputado municipal manifestou a sua disponibilidade para receber os esclarecimentos posteriormente à presente reunião. -----

O senhor Presidente da Câmara afirmou que a consideração do deputado municipal, relativamente ao valor negativo e ao imobilizado é assertiva e corresponde à realidade. Houve um esforço dos trabalhadores municipais para atualizar, mas esse trabalho ainda não está concluído. -----

A senhora Chefe da Divisão Financeira, Dr.ª Sandra Simões, esclareceu que o valor que está no Relatório do ROC não integra o Saldo da Gerência Anterior e a execução das Operações de Tesouraria. Por isso os valores divergem. Informou ainda que devido ao Princípio da Especialização do Exercício, tivemos que reconhecer o montante das amortizações do ano seguinte, teve que ser reconhecido como dívida de curto prazo; tal como o subsídio de férias. Estas condicionantes influenciaram negativamente os valores apresentados. -----

Depois de apresentados os documentos, pelo senhor Presidente da Câmara, foram colocados os mesmos a votação tendo sido deliberado: --

- Apreciar favoravelmente o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação. Aprovado por maioria, com uma abstenção. -----

- Aprovar a prestação de contas, cujo resultado líquido negativo assume o valor de - 403.807,72€. Em virtude do resultado líquido ser negativo, aprovar a sua tramitação para a Rúbrica e Conta 59 – Resultados Transitados no mesmo montante. Aprovado por maioria, com quatro abstenções. -----

PONTO QUATRO = Apreciação e eventual aprovação da 2.ª Revisão ao Orçamento 2017 e GOP's; -----

O senhor Presidente da Câmara fundamentou e apresentou os valores da 2.ª REVISÃO ao ORÇAMENTO 2017 no valor de 439.000,00€ e GOP's no valor de 394.400,00€. -----

Depois de apresentados os documentos e prestados todos os esclarecimentos solicitados, os documentos foram colocados a votação, tendo sido aprovados por unanimidade. -----

O senhor Presidente da Câmara salientou que esta revisão visa a aplicação do saldo da gerência anterior. A aquisição de uma máquina retroescavadora e o projeto do Miradouro da Sr.ª dos Remédios são os principais fundamentos. -----

PONTO CINCO = Apreciação e eventual autorização prévia, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, da assunção de compromissos plurianuais; -----

- Consultoria Técnica para implementação do SNC-AP e monitorização e arrolamento de bens móveis e avaliação patrimonial de bens móveis em conformidade com o referido normativo legal, por um período de 12 meses, a contratar a SMART VISION – Assessores e Auditores Estratégicos”,

despesa prevista para 2017 – 21.061,64€ (IVA incluído) e 2018 – 10.530,82€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

- Candidatura à medida Contrato Emprego-Inserção para duas pessoas, sendo o valor da bolsa 1.348,16€ para 2017 e 674,08€ para 2018, o subsídio de refeição 1.446,40€ para 2017 e 723,20€ para 2018. Aprovado por unanimidade. -----

O senhor deputado Fábio Gomes questionou a que funções se destinam estes lugares. Tendo o senhor Presidente da Câmara esclarecido que depende das pessoas que forem colocadas pelo IEFP. -----

- Medida Emprego Apoiado em Mercado Aberto, para 4 pessoas; despesas previstas para 2017: Bolsa- 15.039,00€, Subsídio de Refeição – 2.440,80€, Segurança Social – 3.571,76€; para 2018: Bolsa – 26.736,00€, Subsídio de Refeição – 4.339,20€, Segurança Social – 6.349,80€; para 2019: Bolsa – 26.736,00€, Subsídio de Refeição – 4.339,20€, Segurança Social – 6.349,80€; para 2020: Bolsa – 11.697,00€, Subsídio de Refeição – 1.898,40€, Segurança Social – 2.778,03€. Aprovado por unanimidade. -

Compromisso dependente da Aprovação da Revisão Orçamental: ---
Locação operacional de retro-escavadora, entidade contratada a definir. Despesas previstas para 2017 – 16.000,00€ (IVA incluído); 2018 – 27.000,00€ (IVA incluído); 2019 – 27.000,00€ (IVA incluído); 2020 – 27.000,00€ (IVA incluído). Aprovado por unanimidade. -----

PONTO 6 = Diversos; -----

A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Belver, Martina de Jesus, interveio para colocar duas questões que lhe foram colocadas na respetiva Assembleia de Freguesia: Quando vai ser feita a limpeza da Charca da Teixeira, local onde os bombeiros e os meios aéreos abastecem de água? E quando será efetuado o corte de erva e a limpeza de bermas e taludes das Estradas Municipais? -----

O senhor Presidente da Câmara afirmou que não consegue dizer quando irá ocorrer a limpeza da Charca. Mas assegurou que a Proteção Civil está atenta e a limpeza será feita quando for necessária. -----

Quanto à limpeza de bermas e taludes, não sabe indicar a data correta, mas sabe que vai ter início brevemente. Será a APFLOGAV a realizar os trabalhos, uma vez que adquiriram trator, equipado com limpa bermas. ---

O senhor deputado Carlos Chambel Lopes questionou se o investimento no Regadio de Margem, em 2006, produziu resultados positivos. Salientou que leu que o Governo tinha aceitado a instalação do Depósito de Resíduos Nucleares em Almaraz, questionou se será verdade. Questionou ainda se uma casa que se encontra devoluta, em Atalaia, será vendida, porque conhece um interessado na aquisição. -----

O senhor Presidente da Câmara esclareceu que o Município de Gavião foi a entidade que investiu no Regadio Tradicional de Margem, mas recebeu Fundos para o efeito. Existe uma Associação (Junta de Agricultores) que gere o Regadio. A Câmara Municipal é o principal parceiro e assegura a limpeza, reparação, abertura e encerramento dos açudes. A empresa que fez a obra teve que fazer as reparações necessárias, antes de serem devolvidas as cauções. Na próxima semana a obra vai ser definitivamente entregue. Esta infraestrutura é uma grande mais-valia para aquela zona. A Junta de Agricultores tem uma nova direção e espera que ganhe novo dinamismo para rentabilizar este investimento. Salientou que o Feijão Frade da Ribeira de Margem é um produto diferenciador. -----

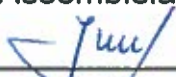
Quanto ao Depósito de Resíduos Nucleares de Almaraz não tem informações concretas sobre o assunto. Também tomou conhecimento da notícia hoje. -----

Quanto à casa devoluta em Atalaia, é propriedade de privados. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que o Município de Gavião foi a entidade promotora da obra do Regadio Tradicional de Margem, por exigência da entidade promotora dos investimentos. A obra foi financiada a 100%. E este assunto foi aprovado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal. -----


Quanto ao Depósito de Resíduos Nucleares pensa que o que aconteceu foi que a Agência Portuguesa de Ambiente emitiu parecer favorável. Considera que devemos manter-nos atentos e preocupados. -----
Não havendo mais questões a colocar, o senhor Presidente da Assembleia saudou o público presente e questionou se alguém pretendia intervir. ---
Não se registando qualquer intervenção, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, eram zero horas e trinta e cinco minutos, pelo que, de tudo para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente e por mim Isabel Maria Dias Martins, segunda secretária, que a redigi e também subscrevo. -----

O Presidente da Assembleia Municipal



(Prof. Jorge Manuel Martins de Jesus)

A segunda-secretária



(Isabel Maria Dias Martins)